

## SOBRE OS LIMITES DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Os Berrigan<sup>1</sup> têm o hábito inquietante de fazer perguntas difíceis, não só pelo que escrevem e dizem, mas também pelo que fazem. Uma pessoa sensata admitirá que, em princípio, existem circunstâncias em que a desobediência civil, ou até mesmo a sabotagem, é legítima. Os Berrigan têm afirmado, com cuidado e paciência, que tais circunstâncias existem hoje em dia: especificamente, que a resistência não violenta à guerra na Indochina é uma resposta legítima aos atos criminosos do Executivo norte-americano, e que um componente legítimo dessa resistência não violenta é a destruição da propriedade que não tem o direito de existir, na medida em que sua função imediata é implementar esses atos criminosos. Sugeriram eles que uma resposta dessa ordem é não apenas legítima em princípio, como também pode ser eficaz para restringir ou, quem sabe, pôr fim à violência criminosa da guerra norte-americana. Os dois não se contentaram meramente em expor sua tese, ou — como fizeram muitos outros — em construir os argumentos dos quais essa conclusão é uma decorrência, sem tirá-la explicitamente. Em vez disso, levaram a lógica da tese a sua conclusão e agiram em consonância com ela, destruindo uma propriedade que (no dizer deles) não tem o direito de existir. Negaram também que o Estado tenha o direito de processar os que agem no sentido de coibir a violência estatal criminosa e, mais uma vez, agiram em consonância com isso, recusando-se a se entregar voluntariamente às autoridades.

Esses atos questionam crenças, atitudes e pressupostos que raramente são contestados, por uma razão: questioná-los é muito incômodo. Assim, não surpreende que o pensamento e os atos anticonvencionais dos Berrigan provoquem, às vezes, reações irracionais. Consideremos, por exemplo, a discussão

de Andrew Greeley, diretor do Centro Nacional de Opinião Pública, em Chicago, na revista *Church World* (18 de setembro de 1970). Diz ele que Daniel Berrigan é um totalitarista que gostaria de prender os que não aceitam seus juízos morais, e acusa-o de defender a destruição da sociedade norte-americana, pregando o ódio a essa sociedade e a seu povo. Tais acusações não de deixar perplexa qualquer pessoa que de fato conheça Daniel Berrigan ou tenha alguma familiaridade com seus escritos. Mas a discussão de Greeley, apesar de realmente frívola e irresponsável, não deve ser descartada apenas por essas razões, sem maiores comentários. Ao contrário, deve ser interpretada como um testemunho da seriedade das questões levantadas pelos Berrigan. É exatamente por elas serem duras e graves que aqueles que temem enfrentá-las são levados a distorções estapafúrdias e a acusações fantasiosas.

Uma reação séria ao raciocínio e aos atos dos Berrigan deve levar em conta a natureza da guerra no Sudeste Asiático, o funcionamento da democracia norte-americana e as responsabilidades do cidadão nessas circunstâncias. Seria possível, por exemplo, rejeitar o raciocínio deles sob a alegação de que a intervenção estado-unidense no Sudeste Asiático é legítima (embora talvez já não valha o seu custo e seja, por conseguinte, um erro), o que constitui a opinião dominante nos Estados Unidos de hoje, acho eu, é que a intervenção, apesar de ilegítima, não deve ser contestada por meio da desobediência civil, que é imprópria na democracia; ou que a desobediência civil, embora legítima nas circunstâncias atuais, continua a ser imprópria, por ser ineficaz (ou até "contraproducente"), ou por suas prováveis conseqüências sociais; ou que a desobediência civil, apesar de legítima e adequada, não deve incluir a destruição da propriedade e deve ser seguida pela submissão voluntária às autoridades do Estado. Essas e outras questões semelhantes são as que devem ser levantadas com respeito à opção de ação dos Berrigan, isto é, à sua decisão de agir e à sua escolha dos meios.

Por ser a opinião dominante nos Estados Unidos, ao que eu presumo, a suposição de que a intervenção norte-americana é legítima (embora insensata, talvez) não pode ser ignorada, é óbvio. Há muitas provas documentais incontestes que demonstram, creio de que maneira conclusiva, que em momento algum os Estados Unidos estiveram empenhados numa legítima defesa coletiva contra um ataque armado — única base legal para o uso da força —, mas sim que estenderam sua longa intervenção armada no Vietnã a uma invasão

em larga escala do Vietnã o  
Nacional tinha vencido a lu  
intervenção norte-americana o

Os defensores dos atos o  
que as questões de direito o  
deixadas a cargo dos especia  
argumentos pró e contra rev  
reito. Os temas debatidos sã  
Unidos estão engajados nun  
mado do Vietnã do Norte? E  
condições de formular um j  
midar a não fazê-lo pela ale  
sua compreensão. Há uma  
mostra com clareza que a g  
sentido técnico estrito.

Ao nos voltarmos para o  
rece. A convicção de que a g  
dalosa, a meu ver, por padroe  
morais decentes. E é profun  
nante. Desse fato podemos c  
lar se seguirão, com pouca  
consiga executar sua pretenc  
Indochina, mantendo a guer  
mesmo tempo, na medida de  
chefiadas, abastecidas, treina  
tante ter em mente que esse  
colonial ou de outra nature  
soviético para impor a order  
sobretudo em forças locais p  
O que há de inusitado na gu  
uma estrutura nativa que ter  
lação nacional. É essa defici  
ataque à Indochina em sua  
Estados Unidos girar unicar  
tégia poderá lograr impor a

ública, em Chi-  
le que Daniel  
ão aceitam seus  
norte-america-  
es não de deixar  
ou tenha algu-  
ealey, apesar de  
penas por essas  
epretada como  
rigan. É exata-  
enfrentá-las são

e levar em conta  
da democracia  
instâncias. Seria  
o de que a inter-  
ora talvez já não  
stituiu a opinião  
rvenção, apesar  
ncia civil, que é  
ora legítima nas  
az (ou até "con-  
; ou que a deso-  
r a destruição da  
autoridades do  
n ser levantadas  
o de agir e à sua

e eu presumo, a  
mbora insensata,  
umentais incon-  
ie em momento  
na defesa coleti-  
la força —, mas  
ã a uma invasão

em larga escala do Vietnã do Sul, em 1965, porque a Frente de Libertação Nacional tinha vencido a luta civil interna, a despeito da ampla (e ilegal) intervenção norte-americana direta.

Os defensores dos atos dos Estados Unidos freqüentemente argumentam que as questões de direito são complexas demais para o leigo e devem ser deixadas a cargo dos especialistas. Neste caso, porém, a leitura criteriosa dos argumentos pró e contra revela poucas divergências quanto a questões de direito. Os temas debatidos são factuais e históricos: especificamente, os Estados Unidos estão engajados numa legítima defesa coletiva contra um ataque armado do Vietnã do Norte? Essa é uma pergunta em relação à qual o leigo tem condições de formular um juízo, e o cidadão responsável não se deixará intimidar a não fazê-lo pela alegação de que o assunto é hermético demais para sua compreensão. Há uma vasta documentação disponível e, a meu ver, ela mostra com clareza que a guerra norte-americana é criminosa, inclusive no sentido técnico estrito.

Ao nos voltarmos para o caráter da guerra, a questão do legalismo desaparece. A convicção de que a guerra é legítima, embora talvez insensata, é escandalosa, a meu ver, por padrões estritamente intelectuais, bem como por padrões morais decentes. E é profundamente perturbador que seja essa a visão dominante. Desse fato podemos concluir que outras intervenções de natureza similar se seguirão, com pouca oposição popular, e que o governo Nixon talvez consiga executar sua pretendida estratégia "de baixo custo e a longo prazo" na Indochina, mantendo a guerra tecnológica em seu atual nível fenomenal e, ao mesmo tempo, na medida do possível, contando com tropas nativas, armadas, chefiadas, abastecidas, treinadas e apoiadas pelos norte-americanos. É importante ter em mente que esse é o padrão geral da dominação militar, seja ela colonial ou de outra natureza. Os russos não usaram diretamente o exército soviético para impor a ordem na Tchecoslováquia, e até os nazistas confiaram sobretudo em forças locais para controlar os territórios ocupados da Europa. O que há de inusitado na guerra norte-americana é a impossibilidade de criar uma estrutura nativa que tenha legitimidade suficiente para controlar a população nacional. É essa deficiência que Nixon espera remediar, mantendo o ataque à Indochina em sua escala maciça atual. E, enquanto o debate nos Estados Unidos girar unicamente em torno da questão do "custo", essa estratégia poderá lograr impor a norma das elites defendidas pelo país, o que seria

uma terrível tragédia para as sociedades camponesas da Indochina. Há muito mais a dizer sobre este assunto, mas este não é o lugar para fazê-lo e, por isso, vou deixá-lo de lado, apenas reiterando que não creio que se possa objetar aos atos dos Berrigan mediante a alegação de que a intervenção norte-americana é legítima, ainda que talvez insensata.

Quem concordar com este juízo se voltará, naturalmente, para a questão de determinar se a desobediência civil é uma forma apropriada de oposição à guerra, dentro de uma democracia. Aqui se misturam várias questões. Suponhamos, a bem da argumentação, que os Estados Unidos fossem uma democracia em perfeito funcionamento e que nossa política na Indochina tivesse sido determinada por um eleitorado esclarecido, através do processo democrático. Nesse caso, seria ilegítima a desobediência civil? A resposta é: decerto isso não decorreria apenas desses pressupostos. Não há nenhum princípio que respalde a conclusão de que o povo da Indochina deve ser submetido a um ataque criminoso, se assim for decidido pelo povo norte-americano mediante o exercício de seus direitos democráticos. Não há nenhum princípio do qual se deduza que uma sociedade democrática pura e impecável deve ter permissão para continuar tranqüila, sem ser perturbada, enquanto pratica atos criminosos. Ao contrário, os cidadãos de tal sociedade (nas circunstâncias aqui postuladas) ficam diante de um dilema, um conflito de princípios: por um lado, existe o compromisso com o processo democrático; por outro, há o compromisso de salvar o Vietnã (e o Laos, e agora, o Camboja) da extinção como entidade cultural e histórica — o destino previsto por Bernard Fall<sup>1</sup> —, ou simplesmente de defendê-lo(s) de um ataque criminoso. É preciso pesar esses princípios conflitantes e determinar qual deve prevalecer nessa situação. Mas essa questão nos leva imediatamente de volta ao problema da legitimidade e do caráter da intervenção norte-americana. Parece-me que uma avaliação objetiva e ponderada das circunstâncias e dos fatos históricos leva à conclusão de que a desobediência civil, se eficiente para coibir a agressão criminosa contra a Indochina, seria legítima, mesmo supondo que nossas políticas na Indochina fossem a expressão da vontade do povo numa democracia em perfeito funcionamento.

Entretanto, essa suposição é totalmente inaceitável. Não discutirei aqui as limitações inevitáveis da democracia num sistema capitalista estatal altamente centralizado e militarizado, do tipo norte-americano contemporâneo. Mas

consideremos a determinação de novembro de 1964, a população mentadas imediatamente após tinham sido unanimemente mesmo da eleição, embora o então, consideremos a ação Capítulo 2, seção I. O que ter americana? Muita coisa, na v rural do Laos, nas áreas admi gredo. É desnecessário dizer Exteriores do Senado dificilm ção em geral. É preciso um e Unidos estão fazendo no Laos falar em interferência no pro processo democrático tem sid governo.

Um dos estudiosos mai decisório do Executivo na In no Congresso, em maio de 19 tem sido muito mais conscien culos que têm acesso às inform [de Genebra] e de nossos obj uma pessoa de fora poderia posso dizer que o cinismo de últimos vinte anos, tem pou talvez seja o exemplo mais ma mente abandonado seu papel tolerem de forma submissa o diência civil pode efetivame secretos do Executivo, ela me

Isso nos leva à pergunta impacto dos vários tipos de dissidência elevou-se acima d dois fatores: o efeito sobre o Eles não são necessariamente

Indochina. Há muito  
 ara fazê-lo e, por isso,  
 e se possa objetar aos  
 ão norte-americana é

mente, para a questão  
 opriada de oposição à  
 várias questões. Supo-  
 os fossem uma demo-  
 na Indochina tivesse  
 s do processo demo-  
 A resposta é: decerto  
 nenhum princípio que  
 e ser submetido a um  
 -americano mediante  
 um princípio do qual  
 cável deve ter permis-  
 ato pratica atos crimi-  
 :circunstâncias aqui pos-  
 ncípios: por um lado,  
 outro, há o compro-  
 ja) da extinção como  
 Bernard Fall<sup>1</sup> —, ou  
 . É preciso pesar esses  
 er nessa situação. Mas  
 ma da legitimidade e  
 e que uma avaliação  
 rricos leva à conclusão  
 ressão criminosa con-  
 e nossas políticas na  
 a democracia em per-

Não discutirei aqui as  
 lista estatal altamente  
 contemporâneo. Mas

consideremos a determinação da política num sentido mais estrito. Em novembro de 1964, a população votou maciçamente contra as políticas implementadas imediatamente após a eleição, políticas estas que, ao que parece, tinham sido unanimemente propostas pelos assessores do presidente antes mesmo da eleição, embora o eleitorado não tenha sido informado disso. Ou então, consideremos a ação militar norte-americana no Laos, discutida no Capítulo 2, seção I. O que tem isso a ver com o estado da democracia norte-americana? Muita coisa, na verdade. A destruição da sociedade civil da zona rural do Laos, nas áreas administradas pelo Pathet Lao, foi executada em segredo. É desnecessário dizer que o que é ocultado da Comissão de Relações Exteriores do Senado dificilmente seria de conhecimento comum da população em geral. É preciso um esforço imenso para descobrir o que os Estados Unidos estão fazendo no Laos. Nessas condições, é perfeitamente sem sentido falar em interferência no processo democrático pela desobediência civil. O processo democrático tem sido gravemente solapado pelo poder executivo do governo.

Um dos estudiosos mais bem-informados e cuidadosos do processo decisório do Executivo na Indochina, Daniel Ellsberg, disse em depoimento no Congresso, em maio de 1970, que a política norte-americana, “na verdade, tem sido muito mais consciente e mais cínica, seria preciso dizer, com os círculos que têm acesso às informações sigilosas, em sua contravenção do acordo [de Genebra] e de nossos objetivos propalados de autodeterminação, do que uma pessoa de fora poderia facilmente imaginar”. Como pessoa de fora, só posso dizer que o cinismo do Executivo norte-americano na Indochina, nos últimos vinte anos, tem poucos paralelos históricos, e que a guerra no Laos talvez seja o exemplo mais marcante disso. O fato de o Congresso ter praticamente abandonado seu papel constitucional não é razão para que os cidadãos tolerem de forma submissa o desgaste adicional da democracia. Se a desobediência civil pode efetivamente coibir os atos ilegais e predominantemente secretos do Executivo, ela me parece constituir um curso de ação apropriado.

Isso nos leva à pergunta seguinte e, a meu ver, mais crucial. Qual foi o impacto dos vários tipos de protestos e da resistência desde 1965, quando a dissidência elevou-se acima de um murmúrio? Neste ponto, devemos separar dois fatores: o efeito sobre o processo decisório e o efeito na opinião pública. Eles não são necessariamente correlatos. Por exemplo, é possível que uma ação

leve a uma decisão de restringir o envolvimento militar norte-americano e, ao mesmo tempo, a um maior apoio popular a esse envolvimento. Duvido que isso tenha acontecido, embora uma interpretação superficial de certos fatos, aos quais retornarei, possa levar a uma conclusão diferente; mas não há dúvida de que essa é uma possibilidade. Seja como for, esses dois fatores deverão obviamente ser mantidos separados por quem quiser salvar a Indochina do destino sobre o qual Bernard Fall advertiu. Essa pessoa quererá influenciar as atitudes públicas perante a guerra e persuadir o público de que a intervenção norte-americana é ilegítima; muito mais importante, porém, ela quererá modificar as decisões tomadas pelo Executivo em sua perseguição da meta de vinte anos de subjugar a Indochina — meta, aliás, que parece persistir, a despeito dos esforços de relações públicas do governo Nixon.

Os juízos sobre o impacto da dissidência, num sentido ou no outro, só podem ser provisórios e calcados em impressões. Vez por outra, uma pessoa próxima da formulação das políticas nos dá um vislumbre do que acredita serem as considerações operacionais. Na maioria dos casos, é preciso tentar reconstruí-las a partir de indícios muito parciais. No que concerne às atitudes públicas, sabe-se ainda menos. Os poucos dados existentes são muito insignificantes. Por exemplo, parece que o efeito das manifestações de massa é antagonizar os segmentos da população que preferem não ser perturbados; assim, a popularidade do presidente tende a aumentar depois de qualquer ato que aumente a visibilidade da guerra. A verdadeira pergunta, porém, é muito diferente: quais seriam as atitudes do público se a Guerra do Vietnã não fosse continuamente imposta à consciência por esses atos, se a guerra fosse tão “invisível” para um público apático quanto tem sido a guerra secreta do Executivo no Laos nos últimos seis anos? Quais seriam as possibilidades de persuasão, de debate, de discussão dos problemas, se as manifestações de massa não concentrassem a atenção na guerra, aprofundando o compromisso dos que participam delas? Não tem havido investigações sistemáticas dessas questões — as únicas que importam. Na verdade, não está claro como se poderia estudá-las sistematicamente. Minha impressão pessoal, baseada sobretudo na vasta experiência de discursar perante uma grande variedade de platéias ao longo dos anos, é que as manifestações de massa têm sido um fator preponderante no processo de chamar a atenção do público para a guerra, e que a resistência, particularmente a resistência ao recrutamento militar, tem surtido um efeito

apreciável no processo de levá-las a uma maior visibilidade e de atraí-las para a política de Estado.

Em alguns casos, fica claro que as mudanças são drásticas em pequena escala. Um exemplo é o caso de Massachusetts [MIT], por exemplo, por seu interesse na guerra. Os interesses são muitas vezes antagônicos. Isso é especialmente verdadeiro sobretudo na interrupção de atividades. O clima foi mudando aos poucos, mas a mudança realmente drástica foi causada por uma decisão no outono de 1968. Isso não foi uma mudança apática ou hostis para um curso de estudos, por exemplo, praxe, para uma vigorosa oposição. Isso também preparou o terreno para uma mudança na parte dos corpos docente e de estudantes. Algumas iniciativas militares do Estado foram interrompidas.

Consideremos a questão do exemplo, o efeito dos protestos militares. Um exemplo: mil soldados, feito por West Point, sobre a guinada de Nixon para a paz a baixo custo? Ou sobre a decisão de abandonar Hanói e de Haifong, em 1968, e deixar o Vietnã devastado? Podemos dar algum exemplo das memórias de Townsend Hoopes, que os planejamentos pós-Tet foram os primeiros da sociedade norte-americana sobre a guerra, claro, como a ameaça de uma mudança na escalada da guerra.)

Outras pessoas que estiveram envolvidas em termos similares (ver Capítulo 10) também fizeram uma avaliação de que os protestos são fundamentais para promover a paz nos últimos anos. Assim, o protesto das tropas, em 3 de novembro

um norte-americano e, ao mesmo tempo, um instrumento. Duvido que seja superficial de certos fatos, mas, neste sentido; mas não há dúvida de que estes dois fatores deverão ser considerados para salvar a Indochina do que ela querera influenciar a respeito de que a intervenção americana, porém, ela querera a moção de perseguição da meta de que ela parece persistir, a des-continuar.

Em primeiro ou no outro, só se pode dizer por outra, uma pessoa que acredita no lumbre do que acredita nos casos, é preciso tentar que concerne às atitudes que os estudantes são muito insignificantes de massa é antagonizar perturbados; assim, a respeito de qualquer ato que a guerra do Vietnã não fosse se a guerra fosse tão "interiormente secreta do Executivos e da sociedade de persuasão, ações de massa não comprometidas dos que participam dessas questões — as coisas não se poderia estudá-las sobretudo na vasta experiência de platéias ao longo dos anos, fator preponderante na guerra, e que a resistência, em si, tem surtido um efeito

apreciável no processo de levar muitas pessoas a examinarem sua própria cumplicidade e de atraí-las para os tipos de ação que influenciam os formuladores da política de Estado.

Em alguns casos, fica claro que o protesto e a resistência surtiram efeitos drásticos em pequena escala. Minha universidade, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts [MIT], pode servir de exemplo. Em 1965-1966, havia pouco interesse na guerra. Os seminários de debates atraíam grupos pequenos, muitas vezes antagônicos. Na verdade, os alunos do MIT empenhavam-se sobretudo na interrupção violenta de reuniões populares contra a guerra. O clima foi mudando aos poucos com a continuação da guerra, mas a mudança realmente drástica foi causada pelo asilo concedido a um soldado desertor no outono de 1968. Isso não apenas atraiu um grande número de estudantes apáticos ou hostis para um exame sério dos problemas (e, portanto, como de praxe, para uma vigorosa oposição à guerra, com base em princípios), como também preparou o terreno para a primeira investigação crítica e já tardia, por parte dos corpos docente e discente, da cumplicidade da universidade com as iniciativas militares do Estado. Seria possível citar muitos exemplos similares.

Consideremos a questão do impacto sobre a política. Qual foi, por exemplo, o efeito dos protestos nacionais sobre a rejeição do pedido de mais 200 mil soldados, feito por Westmoreland depois da ofensiva do Ano Tet? Ou sobre a guinada de Nixon para a estratégia de uma guerra prolongada e de baixo custo? Ou sobre a decisão de suspender o bombardeio do centro de Hanói e de Haifong, em 1965-1968, bem como do resto do país, que estava devastado? Podemos dar alguns palpites esclarecidos. O interessante livro de memórias de Townsend Hoopes<sup>2</sup> indica que um fator interno atuante no planejamento pós-Tet foram os protestos e a resistência, com o temor de que a sociedade norte-americana se tornasse ingovernável. (Houve outros fatores, é claro, como a ameaça de uma crise monetária internacional, se prosseguisse a escalada da guerra.)

Outras pessoas que estiveram próximas da formulação política falaram em termos similares (ver Capítulo 1, seção II). Esse é um dado importante; corrobora a avaliação de que os protestos e a resistência em massa foram um fator fundamental para promover as mudanças de tática na política do Executivo nos últimos anos. Assim, o momento do anúncio de Nixon sobre a retirada de tropas, em 3 de novembro de 1969, bem como seu conteúdo e seu estilo,

sugere fortemente que isso foi um esforço para responder às manifestações maciças do outono (e esvaziá-las), ou, em outras palavras, que as ações do outono foram a causa imediata desse ajuste tático. A comparação com o desempenho de Nixon em seu segundo aparecimento na televisão, uma semana depois, ao anunciar a invasão do Camboja e buscar desesperadamente construir uma ponte para estabelecer contato com os jovens, certamente sugere que a greve estudantil espontânea foi um fator limitante nos planos de invasão daquele país. (Quais terão sido eles, só nos resta imaginar, e talvez nunca saibamos.)

O sigilo e as mentiras intermináveis do Executivo são, em si mesmos, uma indicação clara do medo da reação popular às realidades factuais da guerra que ele vem travando na Indochina. Vez por outra, há testemunhos diretos que permitem vislumbrar como o Executivo espera “apaziguar” a população norte-americana. Consideremos, por exemplo, o depoimento do ministro do Exército, Stanley Resor, perante a Comissão do Senado sobre Forças Armadas e Dotações Orçamentárias, no sentido de que o tempo “está do nosso lado” no Vietnã e, “por conseguinte, se ganharmos algum tempo nos Estados Unidos com essas retiradas progressivas periódicas, e se o povo norte-americano puder manter sua paciência e determinação, creio que poderemos levar [a guerra] a uma conclusão exitosa”.<sup>3</sup>

Ninguém afirmaria que todas as ações contra a guerra foram eficazes no combate à passividade geral que permite que os mentores do conflito ajam livremente, ou no aumento do nível de oposição a ele. Todavia, parece bastante claro que, se não fossem as ações maciças de protesto e a resistência resoluta de uns poucos, a escala e a intensidade da guerra norte-americana no Sudeste Asiático teriam sido ainda mais ferozes do que se viu nos últimos anos, e o público em geral (incluindo, aliás, a “comunidade acadêmica”, que, em sua maioria, só foi despertada da inatividade pelo ativismo estudantil), ainda que talvez sem entusiasmo, teria persistido no que Hans Morgenthau chamou de “nossa subserviência conformista aos que estão no poder”.

Andrew Greeley, no artigo anteriormente citado, chegou a conclusões muito diferentes. Diz ele que a guerra está chegando ao fim “não por causa de homens como Daniel Berrigan (muito pelo contrário, os dados de pesquisas sugerem que os Berrigan e o resto da rale engajada nos protestos talvez a tenham prolongado), mas apesar deles, porque os membros de uma sociedade

livre e aberta, ainda que  
continuar a travá-la”. Gr  
da raça humana, em que  
guerra simplesmente por  
claramente falsa. Basta p  
manter a dominação oci  
Bernard Fall, “nunca se a  
ram o alistamento milita  
lar à guerra”<sup>4</sup> — a despei  
a doutrina Nixon, estam  
cano com a vitória a ur  
porque “seu povo não o a  
ra na medida em que os r  
poderia ter enviado um  
não pudesse equiparar-se  
Indochina.

Entretanto, apesar de  
examinarmos a sério a afir  
de Opinião Pública de q  
longado a guerra. Sua afir  
dos corroboram essa idéi  
pesquisas costumam ind  
manifestações em massa  
saiba, não existem outros  
tivo sobre o efeito que os  
des populares, e, no que  
indícios existentes sugere  
mente o que levou a m  
acerta mais ou menos o  
impossível para o govern  
exatos, foram alguns seg  
tudantil — que tornaram  
de irrestrita que ele dese  
nos protestos” de Greeley  
Berrigan, e em mais algu



manifestações e as ações do ão com o de, uma semana amente consen- tos de invasão talvez nunca

mesmos, uma da guerra que iretos que per- ulação norte- istro do Exér- ças Armadas e osso lado” no stados Unidos ericano puder ar [a guerra] a

um eficazes no conflito ajam parece bastan- tência resoluta na no Sudeste mos anos, e o , que, em sua til), ainda que au chamou de

clusões muito r causa de ho- s de pesquisas tos talvez a te- ma sociedade

livre e aberta, ainda que tardiamente, tornaram impossível para o governo continuar a travá-la”. Greeley acrescenta que “esta é a primeira vez, na história da raça humana, em que uma grande potência é obrigada a se retirar de uma guerra simplesmente porque seu povo não a aprova”. Esta última afirmação é claramente falsa. Basta pensarmos naqueles que nos precederam no esforço de manter a dominação ocidental na Indochina. Os franceses, como assinalou Bernard Fall, “nunca se atreveram a enviar recrutas ao Vietnã nem aumentaram o alistamento militar compulsório em casa, por medo da oposição popular à guerra”<sup>4</sup> — a despeito de seus “interesses históricos” na Indochina. Com a doutrina Nixon, estamos começando a reduzir o compromisso norte-americano com a vitória a um nível que o governo francês nunca pôde atingir, porque “seu povo não o aprovou”. Se os franceses houvessem aprovado a guerra na medida em que os norte-americanos ainda a aprovam, a França também poderia ter enviado um exército maciço de recrutas, ainda que obviamente não pudesse equiparar-se aos recursos tecnológicos com que temos assolado a Indochina.

Entretanto, apesar de sua displicência e irresponsabilidade, é importante examinarmos a sério a afirmação do diretor de programas do Centro Nacional de Opinião Pública de que “a ralé engajada nos protestos” talvez tenha prolongado a guerra. Sua afirmação de que “dados de pesquisas” não especificados corroboram essa idéia é, provavelmente, uma referência ao fato de que as pesquisas costumam indicar um aumento do apoio ao presidente depois das manifestações em massa. Já assinalai por que isso é irrelevante. Ao que eu saiba, não existem outros “dados de pesquisas” que sugiram nada de significativo sobre o efeito que os protestos em massa e a resistência exercem nas atitudes populares, e, no que concerne ao efeito sobre o processo decisório, os indícios existentes sugerem que esses protestos e essa resistência foram justamente o que levou a mudanças de tática ao longo dos anos. Mas Greeley acerta mais ou menos o alvo ao asseverar que foi o público que “[tornou] impossível para o governo continuar a [travar a guerra]”. Para sermos mais exatos, foram alguns segmentos da população — sobretudo o movimento estudantil — que tornaram difícil para o governo travar a guerra com a liberdade irrestrita que ele desejaria. E esses segmentos do público, a “ralé engajada nos protestos” de Greeley, têm-se inspirado, em larga medida, em Dan e Phil Berrigan, e em mais alguns poucos como eles.

Por outro lado, se os alvos do desdém de Greeley tivessem seguido seu exemplo e seus conselhos nos últimos anos, é provável que a advertência de Bernard Fall houvesse chegado muito perto de virar realidade. Pode-se debater o grau exato de impacto dos atos dos Berrigan e outros como eles, assim como dos muitos milhares que, graças a sua resistência conscienciosa, foram influenciados a sair da apatia e a se engajar numa oposição visível à guerra. Pelo que posso ver, não há uma dúvida razoável de que os protestos e a resistência em massa foram fatores de cerceamento do Executivo, talvez fatores preponderantes. E, conquanto nesse aspecto as provas sejam menos persuasivas, parece plausível que os protestos e a resistência em massa, no correr dos anos, tenham mantido a guerra sob os olhos do público e impedido os esforços para criar o clima de subserviência conformista que permitiria o livre exercício do poderio militar norte-americano. Se continuará a ser assim, não sei. Mas, se pessoas como Greeley impuserem sua vontade e a "ralé engajada nos protestos" for silenciada, a estratégia nixoniana de uma interminável guerra de devastação poderá ser levada à "conclusão exitosa" prevista pelo ministro Resor, e, na melhor das hipóteses, as perspectivas de futuro das sociedades da Indochina serão realmente sombrias. Na pior delas, a "conclusão exitosa" de Resor poderá ser o genocídio que Townsend Hoopes identifica como "a conclusão final" de nossa "lógica estratégica" no Vietnã.<sup>5</sup>

Estas considerações ainda não abordam a questão mais específica dos efeitos de atos como a destruição de arquivos do alistamento compulsório em Catonsville.<sup>12</sup> Suponhamos, por exemplo, que se pudesse mostrar que atos desse tipo contribuíram para criar um clima em que algumas pessoas foram levadas a praticar atos terroristas, que são deploráveis em si e só se mostram úteis para o governo, em seus esforços para implantar a subserviência conformista ao poder estatal. Nesse caso, teríamos de concluir que a destruição dos arquivos foi imprópria, por causa de suas conseqüências sociais, mesmo que fosse legítima em princípio (como creio que seja). Mais uma vez, os julgamentos só podem ser provisórios. No entanto, pelas informações de que disponho, não creio que atos como o dos Nove de Catonsville e o dos Quatorze de Milwaukee<sup>13</sup> tenham feito qualquer contribuição para o terrorismo. Talvez se possa argumentar que, se tivesse havido um envolvimento maior em atos não violentos como os dos Berrigan, quem sabe o clima de desespero que leva algumas pessoas ao terrorismo se houvesse reduzido. Não sei avaliar essa possibilidade.

Será que os atos dos Berrigan, a destruição de arquivos e a destruição de documentos, a tização e do compromisso com a guerra, assim, embora os círculos sejam diferentes, reação negativa em círculos diferentes de autoritarismo que só beneficia a alguma para acreditar nisso. Mas e Milwaukee receberiam amplos recursos e discuti-los. Se houve algum esforço pensável esforço secundário o

Não discuti a questão da legitimidade, afirma que esse é um componente importante. Simplesmente não vejo a lógica da lógica para que a pessoa que tem o direito voluntariamente à punição por um ato não implica, em si mesma, uma punição pelo governo (muitas vezes propostas de punição civil da rebelião), assim como a punição de criminosos através do pagamento de uma multa, só, a legitimidade do governo e a legitimidade de atos específicos, ou não ser legítima, com base na

Há uma pergunta mais específica sobre o alistamento militar (admitindo, a legitimidade sobre tais atos tenham sido sancionados dessa natureza, na medida em que os atos feitos a eles são afetados, sem que o efeito não é impedir o alistamento. O mesmo se poderia dizer, em relação a atos de violência, embora, quando sua escala se torna grande, onde se registram índices altos de violência, da casa dos dois terços —, haja uma reação. Tem havido muitas discussões sobre a violência, e nada tenho a acrescentar. É o impacto desses atos no terrorismo. Se a contribuição for significativa

tivessem seguido seu que a advertência de lidade. Pode-se deba- tros como eles, assim conscienciosa, foram sição visível à guerra. os protestos e a resis- ecutivo, talvez fatores sejam menos persuasi- i massa, no correr dos o e impedido os esfor- permitiria o livre exer- tá a ser assim, não sei. e a "ralé engajada nos interminável guerra de ta pelo ministro Resor, ociedades da Indochina xitosa" de Resor pode- mo "a conclusão final"

ús específica dos efeitos ento compulsório em : mostrar que atos desse pessoas foram levadas a e mostram úteis para o a conformista ao poder io dos arquivos foi im- o que fosse legítima em gamentos só podem ser nho, não creio que atos ilwaukee<sup>13</sup> tenham feito ssa argumentar que, se violentos como os dos ,umas pessoas ao terro- lidade.

Será que os atos dos Berrigan e outros levaram a um aumento da conscien- tização e do compromisso com a oposição à guerra? Não há dúvida de que sim, embora os círculos sejam pequenos. Porventura eles produziram uma reação negativa em círculos mais amplos, digamos, uma reversão para o tipo de autoritarismo que só beneficia o poder do Estado? Não conheço razão alguma para acreditar nisso. Minha impressão é que atos como os de Catonsville e Milwaukee receberiam amplo apoio, se houvesse um esforço para explicá-los e discuti-los. Se houve alguma falha grave, creio que ela ocorreu nesse indis- pensável esforço secundário de apoio.

Não discuti a questão da submissão voluntária à detenção. Muitas vezes se afirma que esse é um componente necessário da desobediência civil legítima. Simplesmente não vejo a lógica dessa postura. Não há compulsão moral algu- ma para que a pessoa que tenta prevenir atos criminosos do Estado se submeta voluntariamente à punição por seus atos. A recusa a se submeter à punição não implica, em si mesma, uma recusa a reconhecer a legitimidade geral do governo (muitas vezes proposta como critério para distinguir a desobediência civil da rebelião), assim como a recusa a contribuir voluntariamente para atos criminosos através do pagamento de impostos de guerra não questiona, por si só, a legitimidade do governo. Ao contrário, trata-se de um questionamento da legitimidade de atos específicos, praticados por uma autoridade que pode ou não ser legítima, com base em outras razões.

Há uma pergunta mais específica: é apropriado destruir arquivos de recruta- mento militar (admitindo, a bem da discussão, que todas as outras dúvidas sobre tais atos tenham sido sanadas)? Há um componente coercitivo nos atos dessa natureza, na medida em que os direitos dos alistados e as exigências feitas a eles são afetados, sem seu consentimento ou sua escolha. Além disso, o efeito não é impedir o alistamento nas forças armadas, mas redistribuí-lo. O mesmo se poderia dizer, em parte, sobre a resistência à convocação militar, embora, quando sua escala se torna significativa — como no norte da Califórnia, onde se registram índices altíssimos de recusa do alistamento, talvez próximos da casa dos dois terços —, haja uma mudança qualitativa no impacto político da ação. Tem havido muitas discussões sobre esses temas, sobretudo entre os pa- cifistas, e nada tenho a acrescentar. A mim me parece que a questão crucial é o impacto desses atos no término da atrocidade da guerra norte-americana. Se a contribuição for significativa, isso mais do que compensará o componente

de coerção, o qual, para sermos honestos, raras vezes está ausente da desobediência civil não violenta, por mais que se possa e deva tentar diminuí-lo.

Ao discutir as questões levantadas pelas ações dos Berrigan, tentei examiná-las de forma desapaixonada. Admito que é difícil. Não estamos discutindo questões abstratas de lógica, mas o destino de um povo, a existência de uma sociedade. Não é preciso visitar a Indochina para reconhecer o horror da guerra norte-americana. O problema é que é difícil, quando nos dispomos a encarar os fatos, tentar ponderar corretamente os tipos legítimos de perturbação da ordem e os efeitos de nossa passividade na população da Indochina.

Numa escala de intensidade inferior, é difícil ser desapaixonado com respeito aos Berrigan. Ninguém que os conheça é capaz de duvidar de que eles são indivíduos heróicos, dispostos a fazer o que muitos se dão conta de que deve ser feito, independentemente do ônus pessoal, com uma simplicidade de conduta e um compromisso com os princípios que só podem inspirar o mais profundo respeito. Não são muitas as pessoas de quem se pode dizer isso com honestidade. Andrew Greeley zomba da comparação de Dan Berrigan com Dietrich Bonhöffer,<sup>14</sup> mas é uma comparação muito apropriada.

Numa declaração recente, Richard Falk, professor de direito internacional em Princeton, lembrou o apelo de Roosevelt ao povo alemão:

Hitler vem cometendo esses crimes contra a humanidade em nome do povo alemão. Peço a cada alemão e a cada homem, em qualquer lugar que esteja sob a dominação nazista, que mostrem ao mundo que não compartilham esses insanos desejos criminosos.<sup>6</sup>

Falk acrescentou: "É mais do que tempo de haver um apelo similar ao povo norte-americano, por parte de líderes responsáveis." Tal apelo não existiu nem existirá. Mas tem havido alguns homens e mulheres que vêm mostrando que não farão parte da agressão criminosa contra o povo da Indochina. Os irmãos Berrigan encontram-se nessa minoria.

## Notas do Original e

Este ensaio é uma versão ligeiramente modificada de um artigo publicado em *Cross Quarterly*, vol. 4, no. 1, p. 1-10.

- t1. Philip Berrigan (1923-1971), nascido em Minneapolis, Minnesota, EUA, participou de inúmeras manifestações contra a Guerra do Vietnã e recebeu diversas penas por desobediência civil, incluindo uma sentença de prisão com Liz McAllister, com quem fundou uma comunidade de resistência pacífica em Daniel é poeta renomado e escreveu vários períodos de prisão em Nova York e trabalhou para o FBI e o FBI.
1. Bernard Fall, *Last Reflections*, p. 10.
2. Townsend Hoopes, *Limits of Intolerance*, p. 10.
3. Stanley Resor, depoimento publicado em *I. F. Stone's Weekly*, "The Academy", *Modernism*, p. 10, mencionados aqui, ver *New York Review of Books*, 1970, p. 10.
4. Fall, *Last Reflections*, p. 10.
5. Hoopes, *Limits of Intolerance*, p. 10.
- t2. Em maio de 1968, os irmãos Berrigan, no centro de alistamento de Fort Belknap, levaram-nos para casa (com a ajuda de outros ativistas).
- t3. Também com a participação de freiras e leigos, incendiaram o centro de alistamento em maio de 1968, na cidade de Fort Belknap, contra a Guerra do Vietnã.
- t4. Dietrich Bonhöffer (1886-1945) foi um teólogo, filósofo e signatário da Declaração de Berlim. Perseguido e preso, foi morto em Flossenbürg, onde estava preso.
6. Richard A. Falk, *in* *Encounter*, p. 10.

## Notas do Original e/ou de Tradução:

Este ensaio é uma versão ligeiramente abreviada do artigo originalmente publicado no *Holy Cross Quarterly*, vol. 4, nº 1 (1971).

- t1. Philip Berrigan (1923-2002) e Daniel Berrigan (n. 1921), ambos naturais do estado de Minnesota, EUA, padres católicos e pacifistas militantes que promoveram e participaram de inúmeras manifestações não violentas contra a guerra, a começar pelos protestos contra a Guerra do Vietnã. Philip passou cerca de 11 anos de sua vida cumprindo diversas penas por desobediência civil, deixou o hábito em 1973, casou-se já maduro com Liz McAllister, da Jonah House, fundada por eles na cidade de Baltimore como uma comunidade de apoio à resistência, e morreu de câncer aos 79 anos. Seu irmão Daniel é poeta renomado, chegou a viver na clandestinidade e cumpriu igualmente vários períodos de penas por desobediência civil. Ainda militante, mora na cidade de Nova York e trabalha na Universidade Fordham. Ambos publicaram vários livros e artigos e, durante algum tempo, estiveram na lista dos dez fugitivos mais procurados pelo FBI.
  1. Bernard Fall, *Last Reflections on a War*, pp. 33-34.
  2. Townsend Hoopes, *The Limits of Intervention*.
  3. Stanley Resor, depoimento de 8 de outubro de 1969, liberado em 2 de dezembro; citado in *I. F. Stone's Weekly*, 15 de dezembro de 1969. Ver também meu artigo "Revolt in the Academy", *Modern Occasions*, vol. 1, nº 1 (1970). Para maior discussão dos temas mencionados aqui, ver meu artigo "Mayday: The Case for Civil Disobedience", *New York Review of Books*, 17 de junho de 1971.
  4. Fall, *Last Reflections*, p. 231.
  5. Hoopes, *Limits of Intervention*, p. 129.
- t2. Em maio de 1968, os irmãos Berrigan e mais sete ativistas, todos católicos, foram ao centro de alistamento militar de Catonsville, no estado de Maryland, retiraram 378 arquivos, levaram-nos para o estacionamento, derramaram sobre eles napalm feito em casa (com a ajuda de um professor de física) e lhes atearam fogo.
- t3. Também com a participação dos irmãos Berrigan, esse grupo, composto por padres, freiras e leigos, incendiou cerca de dez mil arquivos do alistamento militar em setembro de 1968, na cidade de Milwaukee, no Wisconsin, em mais um protesto simbólico contra a Guerra do Vietnã.
- t4. Dietrich Bonhöffer (1906-1945), teólogo e pastor luterano alemão, foi um dos mentores e signatários da Declaração de Bremen e se engajou na resistência ao nazismo e a Hitler. Perseguido e preso, foi enforcado pelos nazistas junto com seu irmão, Klaus, e com dois cunhados, poucas semanas antes de os Aliados libertarem o campo de concentração de Flossenbürg, onde estava preso.
6. Richard A. Falk, in Erwin Knoll e Judith N. McFadden (orgs.), *War Crimes and the American Conscience*, pp. 6-7.